



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>  
Tribunal de Justiça

**PROCESSO** 22.0.000030918-8  
**INTERESSADO** ESMAT  
**ASSUNTO** Palestra no evento **Roda de Conversa: Em Busca da Sua Saúde Mental**

**Despacho Nº 70370 / 2022 - PRESIDÊNCIA/DIGER/ASJUADMDG**

**Senhor Presidente,**

Trata-se de Projeto Básico da Escola Superior da Magistratura Tocantinense que tem como objetivo a contratação do professor pós-doutor **Leonardo Rodrigo Baldaçara**, para ministrar palestra no evento **Roda de Conversa: Em Busca da Sua Saúde Mental**, para servidores(as), magistrados(as), estagiários(as) e colaboradores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e profissionais e integrantes do sistema de justiça brasileiro, a ser realizado na modalidade presencial no dia 27 de setembro de 2022.

Tendo em vista os fundamentos deduzidos pela Assessoria Jurídico-Administrativa da Diretoria Geral (4591822) e, comprovada a disponibilidade orçamentária (4589609), no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 1º inciso IX do Decreto Judiciário n. 99/2013, publicado no Diário de Justiça 3045, de 7/2/2013, **aprovo o Projeto Básico 256/2022** (4583288) e **DECLARO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos termos do artigo 25, inciso II c/c o artigo 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93, com vistas à contratação direta do professor pós-doutor **Leonardo Rodrigo Baldaçara**, para realização da palestra no evento **Roda de Conversa: Em Busca da Sua Saúde Mental**, pelo valor total de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, conforme Proposta sob o evento 4584087.

Encaminho os autos a Vossa Excelência, com a sugestão de ratificação e publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 26, *caput*, da Lei 8.666/93.

**Respeitosamente,**



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos, Diretor Geral**, em 26/09/2022, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **4591822** e o código CRC **7D97BEB2**.